



GRUPO II				
Código	Disciplina	Créd.	h/a	Pré-req.
03030298	Processamento de Dados	4	60	-
02100298	Demografia	4	60	33090298 33070298
02090298	Planejamento Estatístico	4	60	33080298
33113101	Economia da Regulação	4	60	33033298
33114101	Organização Industrial	4	60	33033298 33043298
21090298	Mercado Financeiro e de Capitais	4	60	33032298 33042298

LINALDO JOSÉ MALVEIRA ALVES

(Nº 34578- 07/06/02 - R\$ 1.077,12)

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS  
TRABALHADORES EM TRANSPORTES  
AQUAVIÁRIOS E AFINS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

O Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca o Conselho de Representantes da entidade para participar da Assembléia Geral Ordinária, a se realizar em 20 de junho de 2002 - quinta-feira, às 11:00 e 12:00 horas, respectivamente, em primeira e segunda chamadas, na sede da entidade, sita na Rua do Carmo, 27 - Salas 601/602 e 610, nesta cidade, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembléia anterior; b) Leitura, discussão e votação, por escrutínio secreto, da Prestação de Contas do segundo semestre de 2001.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2002  
RICARDO LEITE GOULART PONZI

((Nº 34541 - 07/06/02 - R\$ 209,44)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE  
CARAGUATATUBA

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO

Contrato n.º 037/2000 - Proc. 1052/OC-BR, República Federativa do Brasil e o Bco. Interamericano de Desenvolvimento - BID - Contratante: Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba - Contratada: Massaguaçu S/A - Assinatura: 06/06/2002 - Objeto: aditamento no valor de R\$ 118.928,73 em decorrência de acréscimo de quantitativos para execução da obra de Construção do Centro de Educação Profissional do Litoral Norte.

(Of. El. nº 12/2002)

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO

Contrato n.º 037/2000 - Proc. 1052/OC-BR, República Federativa do Brasil e o Bco. Interamericano de Desenvolvimento - BID - Contratante: Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba - Contratada: Massaguaçu S/A - Assinatura: 21/01/2002 - Objeto: prorrogação de prazo de vigência e de execução dos serviços para execução da obra de Construção do Centro de Educação Profissional do Litoral Norte - Vigência 180 dias.

(Of. El. nº 11/2002)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL  
DIRETÓRIO NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 276, DE 6 DE JUNHO DE 2002

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal - PFL, no uso das suas atribuições previstas no parágrafo 4º do art. 102 do Estatuto do Partido, combinado com o art. 100, letra d, do mesmo diploma,

- considerando notícia trazida pelo filiado e deputado federal Efraim Moraes, Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente Regional do PFL da Paraíba, sobre a participação intelectual do filiado Antônio da Nóbrega Cezarino, vice-prefeito de Santa Luzia, no assassinato do também filiado Itó Moraes, prefeito da cidade;

- considerando-se, ainda, a decretação da prisão provisória do vice-prefeito no dia seguinte ao fato, por evidências de sua participação no crime. Resolve:

Art. 1º - Aplicar sumariamente a sanção de expulsão a ANTÔNIO DA NÓBREGA CEZARINO, natural de João Pessoa - PB, portador do título de eleitor nº 5599351201 e inscrição partidária nº 189;

Art. 2º - Conceder-lhe o prazo de 60 dias, sem efeito suspensivo, para, querendo, apresentar sua defesa escrita perante a Executiva Nacional do PFL, nos termos do § 5º, do mesmo art. 102 do Estatuto;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Senador JORGE BORNHAUSEN  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 277, DE 6 DE JUNHO DE 2002

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal - PFL, no uso das atribuições previstas nas alíneas a, d e m, do art. 65, do Estatuto do Partido,

Considerando-se que a nova regra de verticalização das coligações, inserida no sistema eleitoral pela Resolução nº 20.993, de 26.02.2002, do Tribunal Superior Eleitoral, desestimulou o lançamento de candidatura própria, visto que isolaria o Partido nos Estados, impedindo, na prática, a consolidação de coligações já encaminhadas;

Considerando-se que, da mesma forma, a participação do PFL no pleito presidencial, através de coligação, geraria o mesmo efeito nos Estados;

Considerando que diante dessa realidade estabeleceu-se no Partido, de maneira consensual, o objetivo de garantir ao PFL a eleição do maior número possível de governadores e representação expressiva nas duas Casas do Parlamento Nacional, para o que a plena liberdade de coligações nos Estados é indispensável. Resolve:

Art. 1º - O Partido da Frente Liberal - PFL não lançará candidato próprio a Presidência da República.

Art. 2º - O Partido da Frente Liberal - PFL não participará de qualquer coligação para o pleito presidencial de 2002.

Art. 3º - Observadas as disposições estatutárias e demais diretrizes partidárias estabelecidas por esta Comissão Executiva Nacional, confere às Comissões Executivas Regionais e Comissões Provisórias Regionais plena liberdade para formalizarem as coligações que considerarem as mais adequadas para os demais cargos em disputa.

Art. 4º - Obedecidos os preceitos legais, assegura aos seus filiados, candidatos ou não, plena liberdade para manifestarem apoio pessoal ao candidato presidencial de sua preferência.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Senador JORGE BORNHAUSEN  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 278, DE 6 DE JUNHO DE 2002

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal - PFL, no uso das atribuições estatutárias e legais,

- Considerando que deve ser prioridade do Partido, nas eleições estaduais, o lançamento de candidatura própria ao cargo de Governador, o PFL, em amparo do que estabelece o art. 118 do seu Estatuto, resolve estabelecer as seguintes normas complementares:

Art. 1º - Qualquer parlamentar ou membro da Executiva Regional poderá apresentar proposta de coligação à referida executiva, nos termos do art. 119.

Art. 2º - Se a convenção tiver que decidir entre candidaturas próprias registradas nos termos do art. 27 do Estatuto e uma proposta de coligação encaminhada nos termos do art. 119, onde o partido não indica o candidato a governador, deverá deliberar, em primeiro lugar, por maioria absoluta dos presentes, se aprova uma das candidaturas próprias inscritas.

Art. 3º - Na hipótese de uma proposta de coligação, onde o candidato a Governador for um membro do PFL, ser recusada pela Comissão Executiva Regional, será assegurado ao candidato a Governador, indicado na proposta de coligação, o direito de concorrer na convenção, nos termos do art. 2º.

Art. 4º - Se a Convenção aprovar candidatura própria inscrita por força do artigo anterior, deverá ela deliberar, a seguir, sobre a proposta de coligação recusada pela Comissão Executiva, ou outra que porventura o candidato escolhido apresentar à Mesa condutora dos trabalhos.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Senador JORGE BORNHAUSEN  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 279, DE 6 DE JUNHO DE 2002

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal - PFL, no uso das suas atribuições estatutárias e legais, Resolve estabelecer as seguintes diretrizes partidárias:

Art. 1º - Assegurar registro de candidatura aos atuais detentores de mandato de Deputado Federal e de Deputado Estadual, bem como aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso.

Art. 2º - Assegurar a utilização dos mesmos números aos candidatos que disputaram a eleição anterior pelo Partido para o mesmo cargo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Senador JORGE BORNHAUSEN  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 280, DE 6 DE JUNHO DE 2002

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal - PFL, no uso de suas atribuições estatutárias, por seu presidente no final assinado, resolve:

Art. 1º - Designar Comissão Provisória para o Estado do Mato Grosso do sul, com a seguinte composição:

Presidente - Saulo Queiroz; Secretário - Zenóbio Neves dos Santos; Tesoureiro -Dep. José Roberto Teixeira; Membros - Vilson Bernardes de Melo, Lamartine de Figueiredo Costa, José Garibaldi da Rosa Neto, Dep. José Roberto Teixeira, Alfredo Hilário Pizzatto, Ronilco Cruz de Oliveira, José Roberto Medeiros, Dep. Murilo Zaiuth, Antonio de Jesus Abreu Holsbach, Democrático Crata Nenê Dorneles e Nelson de Miranda Osório.

Art. 2º - A Comissão Provisória ora designada caberá as atribuições de Diretório e Executiva Regional, com amplos poderes para praticar todos os atos pertinentes à administração partidária, inclusive os relativos ao processo eleitoral, de conformidade com as disposições estatutárias e de acordo com a legislação eleitoral e partidária vigentes.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Senador JORGE BORNHAUSEN  
Presidente

(Nº 34540 - 07/06/2002 - R\$ 1.256,64)

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

EXTRATO DE ESTATUTO

TÍTULO I  
DO PARTIDO, SUA SEDE, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS,  
FILIAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E DISCIPLINA

CAPÍTULO I

DO PARTIDO, SEUS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 1º - O Partido Popular Socialista - PPS, sucessor do Partido Comunista Brasileiro - PCB, fundado em 25 de março de 1922, com personalidade jurídica de direito privado, na forma da lei, e registro definitivo deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 06 de março de 1990, com o número 23 para todos os fins e efeitos, é uma organização política, com sede e domicílio jurídico em Brasília, DF, e se rege por este Estatuto, observada a legislação em vigor.

Art. 2º - O Partido desenvolve suas atividades em âmbito nacional, tendo por fundamento o regime participativo, representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos humanos, e por objetivo a ampliação da democracia e a valorização da cidadania, no processo de construção de uma sociedade socialista, ecologicamente equilibrada e auto-sustentável, humanista e libertária.

Art. 3º - O Partido se declara humanista e socialista, conceitos enriquecidos com a experiência libertária dos movimentos operários e populares, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista. Por sua essência democrática e laica, o Partido exclui dogmatismo e sectarismos, e se concebe como um organismo aberto à renovação das idéias e dos métodos, em um marco de respeito à pluralidade das concepções.

Art. 4º - A ação do PPS rege-se pela radicalidade democrática, com o aprofundamento da democracia nas relações econômicas, políticas, sociais e pessoais, por meio do pleno exercício da cidadania, visando a supremacia da sociedade civil sobre o Estado.

Art. 5º - Os filiados e filiadas do PPS compartilham os valores da liberdade e da justiça social, da ética, do trabalho e da solidariedade social, da sustentabilidade e da integridade, do internacionalismo e da paz. Rejeitam qualquer discriminação e preconceito por quaisquer razões. Empenham-se pela superação das desigualdades sociais e pela afirmação plena das oportunidades iguais para todos.

Art. 6º - O símbolo do Partido Popular Socialista é a bandeira vermelha com as letras P,PS grafadas em amarelo ouro.

CAPÍTULO II

DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 7º - É membro do PPS todo o(a) cidadão(ã), que a ele se filie, individual e voluntariamente, que aceite o Programa, o Estatuto partidário e as resoluções congressuais. Parágrafo Único - O instrumento da filiação será a ficha, em modelo nacionalmente padronizado, que inclui, além da concordância expressa com o Programa e o Estatuto, os seguintes dados do filiado: nome completo, apelido (se tiver), naturalidade, sexo, data de nascimento, filiação, profissão, endereço, número da carteira de identidade, CPF, número do título, seção e zona eleitoral.

Art. 8º - A filiação ao PPS observará os seguintes procedimentos: I - o processo se iniciará pelo encaminhamento da ficha, devidamente preenchida em duas vias e assinada pelo filiado e abonada por um membro do Partido, à direção partidária local. II - no prazo de sete (7) dias úteis, o nome do filiado será comunicado à instância partidária local, pela afixação em local visível na sede e/ou por comunicação a todos os membros do Diretório ou Comissão Organizadora respectivo; III - abre-se, então, o prazo de sete dias úteis para impugnações, que deverão sempre ser encaminhadas por escrito ao Diretório local; IV - caso não ocorra impugnação, considera-se deferida a filiação; V - em caso de impugnação, observar-se-á o seguinte: a) cópia do requerimento de impugnação será entregue ao filiado, que terá o prazo de sete dias úteis para se manifestar; b) esgotado esse prazo, a direção local dará seu parecer, deferindo ou negando a filiação, no prazo máximo de quinze dias úteis; c) a ausência de decisão da direção local nesse prazo implica na concordância com a última manifestação recebida, seja a de impugnação ou a respectiva contestação; d) em qualquer hipótese, cabe recurso por escrito, no prazo de sete dias úteis, sucessivamente, às direções estaduais, diretório do Distrito Federal, e direção nacional, que deverão se manifestar, respectivamente, nos prazos de trinta e